



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 311 - DE 06 a 20 DE DEZEMBRO DE 2005 - R\$ 1,50

**O vai-e-vem da crise política:
PSDB e PFL sangram o PT impotente**

**Tribunais Populares
para julgar o governo e punir a
burguesia por seus crimes de classe!**

**Balanco do Congresso
Metalúrgico do ABC**



Congresso da Ubes: balanço da etapa no CE

**Encontro da Conlutas no CE:
criação de nova central é atalho burocrático
para superar crise de direção**

A greve de estudantes e professores na UFRN

Argentina: balanço das eleições parlamentares

PSDB e PFL sangram o PT impotente

A oposição burguesa procura por todos os lados atingir o centro dirigente do governo PT/Lula. A campanha de desmoralização do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e a cassação do ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu, foram estratégias do PSDB/PFL. Incentivar as disputas internas ao PT, como as divergências econômicas entre Dilma Rousseff e Palocci, faz parte da mesma campanha de enfraquecer o PT para as próximas eleições. Soma-se a isso a crescente denúncia dos setores industriais contra a política de juros altos e supervalorização do Real desfechada pela Abimaq e Fiesp.

O Congresso Nacional se encontra atomizado e à mercê das decisões dos relatores das CPIs. A votação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), proposta eleitoral do PT para substituição do Fundef, previsto para final de outubro, ainda não foi ao plenário; a reforma eleitoral está parada e a reforma sindical e trabalhista foi empurrada para o ano seguinte, porque depende da unidade com partidos que compõem a frente burguesa opositora.

A todo momento, esses opositoristas ameaçam explodir o caso do assassinato do prefeito petista de Santo André para incriminar mais ainda o governo Lula. Sequer a euforia do crescimento econômico do Brasil pôde ser trunfo de Lula para a contrapartida das denúncias de corrupção.

O PIB caiu no último trimestre, empurrando para baixo as expectativas de crescimento para o próximo ano. A tarefa da oposição burguesa de enlamear o PT, para desgastá-lo eleitoralmente, vem sendo cumprida. O PT com sua política de integração no Estado criou as condições para a oposição oficialista golpeá-lo.

Mais uma vez o imperialismo socorre Lula

No início da crise política, o Ministério da Fazenda e o Banco Central compareciam como intocáveis. Eram elogiados por toda oposição burguesa como responsáveis e capazes de protagonizar o crescimento econômico do país. Os dados positivos da economia no ano de 2004 e as projeções otimistas para 2005 reforçavam o apoio dos capitalistas. Essa confiança estava também alicerçada pelos credores internacionais, que viam em Palocci e Meirelles o caminho para continuar implementando as diretrizes do FMI. O crescimento do superávit primário (fundo de reserva para afiançar e pagar os juros da dívida) e o pagamento de parcelas volumosas da dívida fortaleceram os compromissos assumidos pela Carta aos Brasileiros, firmada pelo governo Lula junto ao imperialismo. Os elogios de Bush a Lula estavam creditados em função da submissão de seu governo à orientação traçada pelo capital financeiro.

Depois de três meses de denúncias contra o PT, o PSDB e PFL voltaram a carga ao Ministro Palocci. Revelaram que amigos de Palocci fizeram negócios com o governo de Angola que tiveram financiamentos do BNDES. Falaram que entre setembro e novembro de 2002 o PT recebeu por volta de 1,4 milhão a 3 milhões de dólares vindos de Cuba. Que o PT recebeu para a campanha eleitoral doações de 1 milhão de reais feitas pelos donos de bingos e que o intermediário era o amigo de Palocci. E que na época que foi prefeito de Ribeirão Preto (1993 a 1996 e



O governo não realizou nenhuma campanha contra a cassação de Zé Dirceu

2001 a 2002) em contratos com empresas, como a de limpeza, funcionavam esquemas de propinas.

Esse era o mecanismo por onde a oposição procurou atingir mais de perto Lula. Juntamente com essas denúncias, as críticas da Ministra Dilma Rousseff à política econômica de Palocci contribuíram para que a oposição espalhasse rumores sobre a saída de Palocci do Ministério da Fazenda. Aí está mais uma manobra da oposição burguesa com vistas a desmoralizá-lo em todos os campos, mesmo sabendo que a condução da economia é a continuidade da do governo FHC.

A vice-diretora do FMI, Anne Krueger, que veio para vistoriar as contas no Brasil, elogiou o cumprimento das metas do superávit primário. O governo Lula tem contado com o apoio dos Estados Unidos e do conjunto das potências.

Disputa interburguesa no governo

As intrigas entre Palocci e Dilma, que quase levaram à renúncia do Ministro da Fazenda, não se deram em função da discordância da diretriz geral do grande capital internacional. As críticas de Dilma se concentraram no que ela denomina de "rudimentar" ajuste econômico. Diz que a política de juros altos impede mais investimentos e o superávit elevado atomiza o governo na aplicação de recursos públicos nas áreas de infra-estrutura.

Por sua vez, Palocci reafirmou a necessidade de manter a política de taxas inflacionárias ao menor patamar mesmo que tenha alto custo. O que significa manter o Real supervalorizado em relação ao dólar e continuar com os juros altos, favorecendo o capital financeiro que é atraído por essas elevadas taxas. O custo alto a que se refere o Ministro significa que não pode atender igualmente os interesses das frações do capital nacional. O governo protege e se assenta no capital financeiro, nacional e internacional.

Palocci chamou atenção de Dilma de que não se trata de "desarranjar" as finanças para ajudar eleitoralmente Lula em 2006.

Os setores da burguesia menos favorecidos por essa política, como a Federação das Indústrias de SP, pegaram carona nas críticas de Dilma para exigir do governo redução nas taxas de

juros. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) fez o pedido a Lula de demissão de Palocci.

Cercado por todos os lados, Lula foi obrigado a reforçar a presença de Palocci e se comprometer em manter o superávit primário, até o final do ano, na casa de 4,6% do PIB. Dilma reivindicava 4,23% e Palocci, 5,1% do PIB.

O superávit, em qualquer patamar, significa sangria ao país e favorecimento dos saqueadores imperialistas.

Um golpe num dos pilares do PT/Lula

A cassação do ex-ministro José Dirceu, um dos estrategistas do governo PT/Lula, golpeou uma peça chave do petismo. Dirceu, que teve uma trajetória marcada pela repressão da ditadura militar, tornou-se um dos artífices do programa democrático-burguês do PT. Trabalhou para que o Campo Majoritário (Articulação) fosse direção incontestada e se tornasse um partido da ordem capitalista. Fazia questão de dizer que o PT nunca defendeu o não pagamento da dívida externa. Foi um dos maiores articuladores das alianças eleitorais com os partidos burgueses (PMDB, PTB e PL). Para impor ao PT a linha de integração total no Estado, Dirceu arquitetou a expulsão de correntes que não admitiram o caminho traçado.

Acusado por Roberto Jefferson (PTB) de chefe do mensalão, Dirceu foi cassado. As tentativas judiciais para prorrogar a sua permanência se esgotaram e não havia outra saída senão a perda do mandato.

Dias antes, parlamentares petistas, dirigentes da CUT e da UNE realizaram um ato de apoio ao ex-ministro. João Pedro Stédeli, por meio de uma carta, apoiou Dirceu e criticou o governo, que segundo ele, não teve a "coragem de enfrentar a classe dominante". Mas não teve peso político para reverter a sentença final dos opositores.

Lula, embora discordasse da medida, procurou se distanciar do veredito, apoiando-se na manobra de separar Lula (presidente) do PT e dos deputados envolvidos na corrupção.

O fato é que não houve nenhuma ação mais coletiva (dos trabalhadores) em defesa do parlamentar, que foi o segundo mais votado do Brasil. O que confirma nossa colocação de que as massas não se movimentarão e não se movimentam para defender os deputados acusados de corrupção.

A cassação do braço direito do governo do PT/Lula expressou a luta intestina ao Estado, sem ter a mínima relação com as massas exploradas. O governo e parte da oposição pretendem que a crise pare nesse ponto. A cassação de Dirceu constitui moeda de troca.

CPI da Terra: ataque da UDR ao MST

A burguesia latifundiária tenta por meio da CPI da Terra incriminar o MST. A aprovação do relatório do deputado Abelar-



A burocracia do reformismo realizou manifestações minoritárias de apoio ao governo. As massas não se movem nem a favor nem contra o governo.

do Lupion (PFL-PR) que classifica a ocupação de terra como "ato terrorista" e a condenação do relatório do deputado João Alfredo (PSOL-CE) como ameaça à propriedade da terra não fez senão reafirmar a política de extermínio dos sem-terra, levado a cabo pelos ruralistas.

O deputado Lupion, indica que seja aprovado um projeto de lei de crime hediondo a toda ocupação de propriedade privada da terra. Exige o indiciamento das direções do movimento, entre elas João Pedro Stédeli, João Paulo Rodrigues, José Rainha, Jaime Amorim e Gilmar Mauro, por práticas de quadrilha e invasão de terras. Pede a suspensão de recursos para Anca, Concrab e Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma agrária, que tem ligações com o MST.

O relatório vai para o Congresso Nacional para que seja aprovado e transformado em lei. Os deputados petistas protestaram, mas não se dispuseram a organizar a resistência para derrubar nas ruas a ação da UDR contra o MST. A lei que condena o MST por terrorismo, pretendida pela CPI da Terra, na verdade acoberta e protege o terrorismo dos latifundiários, que com seus jagunços e milícias invadem acampamentos e assassinam lideranças.

A resposta contra os assassinos dos sem-terra é a organização do movimento social. A unidade dos camponeses pobres e sem-terra com os operários é a via para derrotar os latifundiários e impor a reivindicação do movimento, que é a reforma agrária.

Os parlamentares do PT e PSol protestaram hipocritamente, retirando-se da CPI, que desde o início esteve sob o controle da UDR. O fato de não usarem a CPI para denunciar a ofensiva dos ruralistas e criar um movimento de massa, no campo e na cidade, levou-os a ficarem submetidos ao cretinismo parlamentar.

Ocorre que enfrentar os latifundiários e seus partidos por meio da ação direta dos explorados implicaria e implica questionar a política burguesa do governo Lula. Por sua vez, a dire-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

ção do MST se mostra dependente do jogo parlamentar e dos convênios com o Estado. A defesa que tem feito do governo Lula, embora tenha no último período criticado por sua indecisão em modificar a política econômica, impossibilitou o MST desenvolver uma ação independente e voltada para a unidade da cidade e do campo.

Sinais da crise econômica

Mais um acontecimento contribuiu para aumentar a pressão oposicionista sobre o governo Lula. Os dados do IBGE apontaram queda no PIB de 1,2% no terceiro trimestre em relação ao período anterior. O que diminui a expectativa de crescimento para 2005. Fala-se em 2,5%, muito longe da previsão de 5%. Houve uma queda da produção da indústria (-0,7%), sendo que no mês de setembro foi de 2% em relação ao mês de agosto. O rendimento médio dos trabalhadores caiu (-1,4%) só no mês de outubro. Cresceu a inadimplência em 15,9%. O desemprego, que comparece como estável, ficou em 9,6%, que é extremamente elevado tendo em vista que boa parte dos desempregados não fazem parte das estatísticas oficiais.

A burguesia industrial paulista acusa a política econômica de Palocci e exige a "redução dos gastos públicos, controle da inflação e juros mais baixos. O CIESP diz que os juros elevados, dólar baixo e rígida política fiscal tendem para o encolhimento da economia.

O fato é que os capitalistas contam com enormes recursos para se protegerem da crise. Um deles é a contenção de despesas, que traz como consequência o desemprego, rebaixamento salarial e medidas de eliminação de direitos trabalhistas.

As retrações econômicas respondem à crise mais geral do sistema de exploração do trabalho. A crise econômica é uma questão de tempo. Tudo indica que virá de forma contundente. Isso por que a sangria do país provocada pelo pagamento gigantesco de juros da dívida externa e congelamento dos investimentos do Estado se combinarão com fatores da crise mundial.

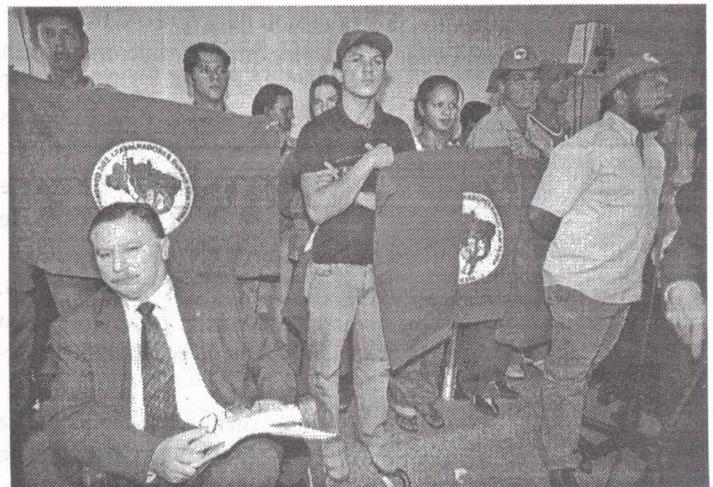
Governo nega esmola à CUT

A direção da CUT, depois de alguns atos esvaziados em defesa do governo, resolveu pressioná-lo para que conceda um reajuste do salário mínimo, elevando para R\$400,00, correção na tabela do imposto de renda de 13% e juros mais baixos. Contou com o apoio da Força Sindical e outras centrais.

Os burocratas sindicais foram recebidos por Luiz Marinho (ex-presidente da CUT e atual Ministro do Trabalho) e Dilma Rousseff. Marinho respondeu que a elevação do salário mínimo para R\$400,00 é "incompatível com o orçamento" e que a correção do imposto de renda está também fora do orçamento.

A reunião de burocratas terminou sem nada de concreto. Mesmo assim, houve um acordo entre eles de que é preciso pressionar o Congresso. Essa burocracia, tão corrupta quanto o governo, não defende a vida da maioria trabalhadora.

O salário mínimo de 400 reais é decreto de fome. A escola da burocracia sindical formou Lula, Marinho, Berzoini e outros



O MST está sob a mira da UDR: o governo nada faz contra os assassinos e a CPI da Terra qualificou as ocupações de crime hediondo.

tantos para administrar o Estado burguês contra a maioria explorada.

Os trabalhadores devem rechaçar esses atos de burocratas vendidos e trabalhar para pôr em pé direções revolucionárias para os sindicatos e Centrais.

Defender a vida das massas

As massas se oporão à burguesia e passarão por cima do aparelho burocrático sindical defendendo as reivindicações elementares como salário mínimo real, escala móvel das horas de trabalho e dos reajustes, terra aos camponeses e escola e trabalho à juventude.

As bandeiras antiimperialistas farão avançar os explorados na tarefa de romperem com o PT/Lula e o conjunto da burguesia. Ao contrário da defesa de redução de superávit e juros, que não faz senão manter a diretriz pró-imperialista e de favorecimento de grupos capitalistas internos, está colocada a bandeira de não pagamento da dívida externa e expropriação sem indenização do grande capital.

Frente à crise do reformismo e da desmoralização crescente de seu braço sindical (CUT), a propaganda em torno da estratégia da aliança operária e camponesa, da unidade cidade e campo e do governo operário e camponês ganha importância para o trabalho da construção do partido.



MASSAS

Balanço do 5º congresso dos metalúrgicos do ABC

Encerrou-se dia 20 de novembro o 5º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo. O congresso, que foi aberto pelo caudilho Lula e encerrado pelo ministro do trabalho (Luiz Marinho/PT), mostrou que a burocracia sindical (Articulação/PT) inviabilizou totalmente o sindicato como um instrumento de luta independente dos explorados e aprofundou sua estatização, transformando-o numa correia de transmissão da política pró-imperialista do governo PT/Lula.

A burocracia aprovou no congresso apoio total ao governo PT/Lula e suas reformas neoliberais.

Durante o congresso, a burocracia, demonstrando-se totalmente adaptada à política burguesa, convidou ministros e assessores do governo para realizar palestras (debates), que tinham como objetivo claro fazer a defesa das reformas antinacionais e antipopulares do governo:

Marco Aurélio Garcia, assessor “especial” da Presidência da República, foi convidado para falar sobre **Cenários para as esquerdas latino-americanas**, e como ele não tem nada de esquerda, o que fez foi defender a política externa do governo PT/Lula, que na verdade atende todos os interesses do grande capital e permite aos Estados Unidos usá-lo para intervenção no Haiti e para exercer pressões sobre movimentos na Bolívia, Venezuela, Equador e Peru.

Mário Salerno, diretor da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), foi o convidado do sindicato para falar sobre **Política Industrial**. Esse deu uma aula sobre como desenvolver o capitalismo. Segundo esse intelectual burguês, que também dá curso de formação política para os pelegos do sindicato, a ABDI desenvolveu a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior para o Brasil com o objetivo de auxiliar as empresas a se engajarem num patamar competitivo de inovação e diferenciação de produtos com reconhecimento nos principais mercados no Brasil e no exterior. Salerno disse também que a política industrial defendida pelo sindicato ajudou as empresas a ganharem competitividade e conquistarem novos mercados. Como vimos, Mário Salerno é um especialista em fazer as empresas aumentarem seus negócios e sua lucratividade. E não é demitindo, terceirizando, reduzindo salários e direitos que os patrões aumentam seus lucros? Certamente.

Quanto a Salerno dizer que a política do sindicato tem ajudado as empresas, disso não há dúvidas. A direção do sindicato abandonou há muito tempo o método próprio de luta da classe operária, que são as greves, e passou a fazer a política dos acordos sem lutas (parcerias com os patrões), que têm permitido os acordos de demissão em massa, terceirização, Banco de Horas, redução de salários e flexibilização de direitos.

Outra convidada foi a filósofa **Marilena Chauí**, professora da USP, filiada ao PT, que falou sobre “**Ética na Política**”. Chauí defendeu a **Reforma Política** que o governo PT/Lula criou às pressas após as denúncias de corrupção e caixa dois que envolvem o PT e a oposição burguesa.

A filósofa passou duas horas falando sobre a ética e a moral burguesa. Puro idealismo. Segundo Chauí, a “ética se opõe a toda forma de opressão e violência”. A pergunta é: como podemos falar em ética na política, se vivemos numa sociedade capitalista, onde o Estado é um instrumento utilizado pela burguesia para manter a exploração, opressão e violência sobre a maioria oprimida? O que é MORAL para a burguesia (exploradores), é IMORAL para o proletariado (explorados). A moral e a ética são padrões de conduta e valores que a sociedade, no nosso caso burguesa, impõe aos indivíduos. A moral, a ética para a burguesia, é o direito à propriedade privada. Nós, comunistas dizemos: horrorizai-vos burgueses, pois queremos destruir sua propriedade. Só assim poderemos produzir e distribuir a riqueza coletivamente.

Problemas na frente de oposição

À frente de Oposição Chapa 2, que atua nos Metalúrgicos do ABC e que atualmente existe apenas na Volkswagen, é composta pela Corrente Proletária dos Metalúrgicos (POR), PSTU e Independentes. Esse ano, além do boicote da burocracia, que, como sempre, só informa a data do congresso em cima da hora, para evitar que a oposição consiga tirar delegados, houve também a falta de organização por parte da oposição. Além do pouco tempo para fazer as discussões, o maior problema foi sobre a elaboração e discussão das emendas ao caderno de teses da burocracia. Os independentes são camaradas classistas, mas não elaboraram nenhuma emenda. Ainda não entenderam que a luta não pode se limitar aos problemas da fábrica, à questão econômica sindical, que é necessário avançar, elaborar e penetrar no seio das massas o programa revolucionário, construir o Partido Operário Revolucionário, que tem como objetivo transformar as lutas econômicas em lutas políticas para destruir o sistema capitalista. O PSTU, por sua vez, viu na prática o quanto a sua política ultra-esquerdista de romper com a CUT está descolada da realidade. No ABC, todas as comissões de fábricas estão nas mãos da burocracia sindical. O que mostra que não existe um rompimento de massa com a burocracia, como eles afirmam. A realidade mostra que a maioria dos sindicatos está nas mãos da burocracia. A proposta do PSTU, de romper com a CUT, está na contra-mão da tarefa colocada aos revolucionários,

que é a de derrotar a burocracia sindical traidora e defender um sindicato classista, democrático, independente do governo e dos patrões. Ao contrário de dar as costas aos trabalhadores, como faz o PSTU, trata-se de travar o combate colocando uma cunha entre a política de traição da burocracia e os interesses dos trabalhadores em todos os movimentos sociais e sindicatos. O ponto de partida é organizar e mobilizar os trabalhadores em defesa de suas reivindicações como emprego a todos, através da escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital calculado pelas assembleias etc. Por essa via, os explorados entrarão em choque com a política pró-imperialista da burocracia e do governo PT/Lula.

Devido à sua política abstrata, que não ajuda os trabalhadores a superarem a ilusão na burocracia, o PSTU também não elaborou nenhuma emenda ao congresso.

A Corrente Proletária foi a única que enviou emendas ao caderno de teses. Mesmo com essas dificuldades de organização, foi feita uma reunião, dias antes do congresso, para definir como a Oposição votaria. Os membros da oposição que participaram da reunião concordaram com as teses da Corrente Proletária e decidiram que votariam em bloco.

Resumo das teses apresentadas pela Corrente Proletária

A mesa estipulou três minutos para a defesa de cada tese. Um membro da Corrente Proletária fez a defesa de todas as emendas no plenário. Como a grande maioria dos delegados era da burocracia, nenhuma tese da Corrente foi aprovada.

No item **balanço da ação sindical**, a Corrente Proletária denunciou que a direção do sindicato abandonou o método de luta da classe operária, que são as greves, a ação direta, e passou a fazer os acordos sem lutas (parceria com os patrões), que tem permitido demissão em massa, terceirização, redução de direitos e salários. Defendeu que o congresso se colocasse contra as terceirizações, os contratos temporários, os salários diferenciados, a redução de jornada com redução de salário e contra todos os acordos de flexibilização existentes. Defendeu também que o sindicato organizasse um movimento de todos os metalúrgicos do ABC para impor aos patrões a redução da jornada sem redução de salários. Que a CUT organizasse um movimento nacional que unisse empregados e desempregados para impor aos patrões e ao governo a escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital a ser calculado pelas assembleias segundo as necessidades reais, campanhas salariais unificadas, reposição de todas as perdidas e escala móvel de reajuste.

Defendermos eleições diretas para a direção do sindicato. A organização de uma rede de comissão de fábrica independente e classista. A independência do sindicato e da CUT em relação ao governo PT/Lula e os partidos da burguesia. Defendemos um sindicato classista, que seja um instrumento da luta revolucionária dos explorados.

No item **situação nacional defendemos**: Combater a corrupção com a política do proletariado. Nenhuma confiança nas CPI's. Independência de classe frente às disputas interburguesas. Constituição dos tribunais populares para julgar os crimes não só do PT, mas de todos os partidos da burguesia. Apoiar o movimento dos explorados do campo. Expropriação sem indenização da grande propriedade e entrega das terras aos campo-

neses pobres. Combate a repressão latifundiária, punição de todos os crimes da burguesia contra os sem-terra e revolução agrária.

No item **situação internacional defendemos**: combater a política pró-imperialista do governo PT/Lula. Não pagamento da dívida externa e interna, nacionalização das multinacionais sem indenização, controle operário da produção, retirada das tropas do Haiti, expulsão dos Estados Unidos do Afeganistão/Iraque, fim de todos os acordos com o imperialismo e nenhum apoio ao intervencionismo imperialista.

Defender o internacionalismo proletário. Por um governo operário e camponês e pela expropriação da grande propriedade privada. Estatização do capital financeiro, combate ao imperialismo, defesa da autodeterminação dos povos, fim do colonialismo dos Estados Unidos sobre o Iraque e outros países. Fim do intervencionismo econômico e militar do imperialismo sobre os países semicoloniais. Luta pelo fim do capitalismo: trabalhar pela revolução e ditadura proletárias, lutar sob a estratégia do governo operário e camponês, organizar a frente única antiimperialista e a aliança operária e camponesa. Destruir a burguesia e seu Estado, tomar o poder pelo método da insurreição armada, violenta e impor a ditadura do proletariado.

Tarefa colocada para a Oposição.

Mesmo com todos os problemas apresentados avaliamos como positiva a participação da Oposição no congresso da burocracia. Primeiro, porque utilizamos o espaço para defender o programa da classe operária, democrático, classista, revolucionário e rechaçar os acordos sem lutas, o eleitoralismo, o reformismo e toda forma de conciliação de classe feita pela direção do sindicato.

Foi possível perceber também que a burocracia exerce um poder muito forte sobre alguns delegados que mesmo sendo simpáticos as propostas da Oposição votam nas propostas da burocracia temendo represália. Isso porque a maioria dos delegados são membros dos Comitês Sindicais de Empresas (CSE's). Como estes Comitês são resultado de um acordo feito entre a empresa e sindicato, logo temem pela retaliação do sindicato se votarem contrários. Muitos por fora nos procuram para ser solidários as nossas propostas. Isso acontece porque a política da direção do sindicato está se distanciando cada vez mais do seu papel originário, que é o de defender os interesses dos trabalhadores e passou a defender os interesses da burguesia e seus governos.

Todas as resoluções aprovadas pela burocracia no congresso comprovam seu caráter totalmente burguês. Do apoio a política econômica pró-imperialista do governo Lula, até a regulamentação das terceirizações, defendida por um burocrata no congresso, "como uma realidade inevitável que acontece no mundo todo".

Baseado nisso, a tarefa colocada é a de organizar as comissões de fábricas independentes e classistas no interior das fábricas, as frações revolucionária para derrotar a burocracia e resgatar o sindicato como um instrumento de luta, democrático, independente e classista.

Fortaleza/CE

Governo Lula/Banco Central ameaçam liquidar o BEC se não houver possibilidade de privatização

Não é de hoje que o governo Lula tem se empenhado em manter as privatizações e os altos juros que garantem um faturamento recorde aos bancos. Depois do BEM (banco do estado do Maranhão) agora é a vez do BEC (Banco do Estado do Ceará). Em uma nota técnica (agravo regimental) enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 20/10, o Banco Central e o Governo ameaçaram liquidar o banco caso os ministros do supremo não revertam a decisão do ministro Marco Aurélio que impede a privatização do Banco nos termos propostos pelo BC, já que julgou inconstitucional um dispositivo do edital que dava ao vencedor do leilão a garantia de que a conta única do estado ficaria no banco por pelo menos 5 anos.

Segundo Matos do Vale, diretor de privatização e liquidação do Banco Central, no agravo, é citado o artigo terceiro da Medida Provisória 2192, que confere à União o direito de adquirir o controle da instituição financeira, exclusivamente para privatizá-la ou extingui-la.

O governo Lula/FMI já tentou por duas vezes privatizar o

BEC. A primeira em 15 de setembro e a segunda em 13 de outubro ambas impedidas por decisões do STF. A privatização do BEC é exigida pelo capital financeiro nacional e internacional que dita a política econômica do governo Lula/FMI.

O BEC encontra-se federalizado desde novembro de 1998, em virtude do rombo criado pelos governos estaduais da "Era Tasso" que hoje passa de R\$ 1 bilhão. O dinheiro do banco serviu para encher os cofres de grupos empresariais, financiar os negócios de apadrinhados políticos etc, sem garantia de retorno dos empréstimos. A quebra do banco motivou a intervenção do Banco Central que, desde o início, visou a sanear o banco, livrar os culpados pelo rombo do BEC para depois entregar o banco, já saneado com dinheiro dos cofres públicos, para os bancos privados.

É preciso o combate à privatização, contrapondo-se com a defesa do estatismo sob controle operário. Pela estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores! Não pagamento das dívidas externa e interna!

CE: Nova ofensiva contra a educação pública estadual

O Governador Lúcio Alcântara (PSDB), cumprindo à risca o que determina o Banco Mundial/BID prossegue o desmonte da educação estadual. As novas medidas agora visam a demissão de professores e a redução de aulas por disciplina.

Desde o início do segundo semestre desse ano, o governo vem promovendo cortes nas despesas com educação. A exemplo da demissão de mais 200 vigilantes que prestavam serviço nas escolas estaduais. Agora vai mais fundo, pois está na alça mira do governo a eliminação de 31 escolas da rede (fechamento e municipalização). Só poderão abrir ou funcionar salas de aulas no próximo ano (segundo determina a SEDUC) no ensino fundamental a partir de 30 alunos matriculados e, no ensino médio, 45 alunos. A SEDUC promoverá a demissão de milhares de professores de contrato temporário que completarão dois anos de exercício no fim de 2005. Tudo para que ninguém recorra a justiça e garanta efetivação na rede! As vagas com isso serão preenchidas por outros temporários.

Redução das horas aulas

A pretensão da SEDUC é diminuir ou extinguir da grade curricular certas disciplinas com carga horária de duas aulas semanais como, por exemplo, sociologia, filosofia, educação física, artes e inglês, passando a ser apenas 1 aula semanal. Nas escolas de nível A, os professores lotados nos multimeios - biblioteca - (os chamados *Regentes*) atualmente com 40 horas, deverão no próximo ano ficar com apenas 20 horas, sendo o restante em sala de aula.

As escolas que hoje funcionam com até seis horas aulas só poderão funcionar no próximo ano com 5 horas aulas, há exemplos dos Liceus. E as que no turno noturno com 5 horas aulas deverão passar para 4 horas aulas, isso no ensino médio. Com essas medidas, serão eliminados vários postos de trabalhos, diminuindo assim o quadro de professores e fazendo com que vários professores para completar sua carga horária, seja necessário serem lotados em várias escolas.

A posição dos Liceus

Contra as medidas, os Liceus vêm se articulando e deixando as demais escolas da rede estadual de ensino isolado, pois expressa uma posição corporativista e divisionista, pensamento que as outras escolas possam vir a reboque deles ou deixadas à margem do processo do governo Lúcio. Mais uma divisão da já dividida categoria dos professores entre Apeoc e Sindiute.

Posição dos sindicatos

Até agora, nenhum dos sindicatos Apeoc (Penha e Cia) e Sindiute (O Trabalho) marcaram assembléia geral para resistir aos ataques e contra as medidas do governo. Ambas as direções dos sindicatos que dividem os professores preferem ver a derrota da categoria do que uma assembléia e um calendário de lutas e mobilizações unificados.

A Apeoc, ao invés de fazer uma assembléia geral com a categoria dos professores, procura chamar apenas os setores afetados, principalmente, como por exemplo, os professores de educação física para reunião e pressão parlamentar (audiências públicas inúteis na assembléia legislativa). Além disso, propondo que os professores façam pressão em cima dos diretores de escolas para não reduzir a carga horária das disciplinas. Esqueceram que os diretores são cargos de confiança do governo e obedecem as normas e diretrizes da SEDUC.

Nossa posição

Para derrotar o governo se faz necessário e urgente uma assembléia estadual e unificada entre Apeoc e Sindiute e preparar uma ofensiva contra as medidas do governo. A greve é o único instrumento no qual podemos barrar o governo, como por exemplo, no Estado de São Paulo em que os professores derrotaram as mesmas medidas implantadas aqui com greve.

Fortaleza/CE

Congresso da UBES/CE: direção governista da UJS impõe a burocratização da etapa estadual

A etapa estadual realizou-se nos dias 18 e 19/11 em Fortaleza e reuniu cerca de 230 delegados. Apresentaram-se 5 teses: *Saudações a quem tem coragem/UJS*; *Rebele-se/UJR/PSB*; *Tese da Corrente Proletária/POR*; *Ubes é pra lutar/Psol* e a *Tese da JPS - PPS*. O congresso foi burocratizado e reduziu-se a um único dia (19/11) onde foram eleitos os delegados à etapa nacional de 08 a 11/12, em Brasília.

A marca registrada do congresso foi a despolitização e o caráter festivo e distracionista evidenciado no pouco espaço dado ao debate sobre a situação nacional/internacional e movimento estudantil. Das correntes que fazem oposição à UJS, o PCR o PPS e o PSB, que tinham o maior número de delegados, centravam sua crítica à direção da UBES

pela forma como conduzia a entidade e pelo distanciamento da UBES em relação aos estudantes de base. O apoio da UBES ao governo Lula/PT e a luta pela independência política foi completamente secundarizada por essas correntes.

Nesse sentido, o Psol não apenas não se diferenciou das demais correntes como procurou a todo instante uma aliança com esses setores, que não foi possível porque as próprias correntes oposicionistas não se entenderam, e porque houve pressão de delegados de base e militantes do POR para que se organizasse uma chapa de esquerda para as eleições dos delegados. O POR teve alguns delegados impugnados pelo critério burocrático da imposição de carimbos das direções de escola nas atas

e interveio defendendo que o ponto central para o congresso era a real independência da UBES frente ao governo Lula/PT e a construção de uma direção revolucionária para a entidade. Inscreveram-se 4 chapas para a escolha dos delegados para a etapa nacional. O resultado da votação ficou assim: UJS 112 votos; PCR/PSB 84 votos, PPS 29 votos e PSOL/POR 08 votos.

Ao final dos trabalhos, organizou-se uma plenária de estudantes ligados à Corrente Proletária e ao Psol, que fizeram um balanço crítico do congresso e do movimento estudantil e concluiu com a necessidade de novas plenárias e da convocação de outras correntes e entidades para discutir a reconstrução do FUME e do movimento estudantil em Fortaleza.

1º Encontro estadual da Conlutas-CE: criação de nova central é atalho burocrático para superar crise de direção

A Conlutas realizou seu 1º Encontro estadual. Compareceram pouco mais de 120 pessoas no auditório do Cefet no dia 01/12. A primeira parte discutiu a conjuntura nacional e o movimento sindical e a segunda parte a organização do CONAT (Congresso Nacional dos Trabalhadores) congresso da Conlutas que pretende fundar uma nova central. O encontro da Conlutas ocorre numa conjuntura de profunda decomposição política do reformismo e do Governo PT/Lula, e um profundo atrelamento da CUT ao Estado e da paralisia de grande parte do movimento e seus sindicatos, que têm dado sustentação.

Das 3 teses inscritas, 2 (PSTU e LBI) defendiam abertamente a ruptura com a CUT, confundindo a direção com a própria central e 1 (sindicatos dos gráficos) defendia a ruptura, mas de forma hesitante e levantando alguns problemas: como evitar a burocratização

como ocorreu com a CUT, como realizar uma greve geral no momento de domínio da CUT sobre os trabalhadores etc. O POR interveio mesmo sem tese defendendo que a construção de uma nova central era uma aventura, que a CUT dirigia o movimento de massas ainda, que o PSTU que acusou o POR de defensor da CUT havia participado da frente popular em 94 e apoiado Lula em 2002 e que a Conlutas devia se constituir como uma fração revolucionária no seio da CUT. A LBI atacou o POR, defendeu a imediata construção de uma greve geral, o Abaixo Lula e criticou o PSTU pela demora na fundação da central que esta deveria ter sido fundada há mais tempo. O PSTU, que também criticou o POR, rebateu reconhecendo que não havia base social na época (aguardavam a aproximação do Psol e deram com a cara da parede) mas que, agora, estão decididos a fun-

dar a central imediatamente.

A luta de classes demonstra não poucas vezes o quanto o aventureirismo e cisão sem princípios dos sindicatos podem levar o movimento a derrotas e a vanguarda a se prostrar diante da burocracia. A crise de direção não pode ser superada pelos atalhos e por medidas burocráticas de cisões para constituir o próprio aparato paralelo ao da burocracia. As correntes que impulsionam a Conlutas não como fração na CUT, mas para a criação de uma nova central, capitulam diante da burocracia, uma vez que abandonam milhões de trabalhadores organizados aos 'cuidados' da burocracia sindical. A superação da crise de direção virá apenas com a construção do partido revolucionário e a penetração das idéias revolucionárias no seio dos explorados, a luta de classes não conhece outros meios.

Fortaleza/CE:

Manifesto do partido operário revolucionário - POR

A crise da escola é expressão da crise do capitalismo

Já se tornou comum dizer, principalmente as gerações com mais tempo de trabalho, que na escola quase nada se aprende. A criança entra para ser alfabetizada e termina o primeiro ciclo sem saber ler e escrever. Os processos de avaliação reforçam essa opinião. Consta-se que quanto mais pobre for o bairro e quanto mais periférica for a escola, mais dificuldade se encontra no ensino aprendizagem. Os problemas sociais se avolumam e agigantam as dificuldades no interior das unidades escolares.

Os governos e seus órgãos educacionais descarregam o fracasso escolar nos professores, que dizem não estar preparados para enfrentar os "novos métodos". Os professores atribuem a responsabilidade aos alunos - considerados "desajustados" por não terem uma família que se preocupe, que não têm vontade de estudar, chegando a dizerem que falta fé religiosa - e aos governos, que cortam verbas. Os pais culpam a escola por ser desorganizada e os professores faltosos. E, por fim, os alunos responsabilizam professores, direção, autoridades e até os colegas que fazem algazarra no meio das aulas.

O fato é que a cada ano tem se tornado mais difícil ensinar. A indisciplina é generalizada e faltam condições elementares de trabalho. O problema está em saber o porquê dessa situação tão adversa à educação. As várias constatações e os diferentes pontos de vista carecem de uma explicação comum.

Ocorre que a escola faz parte da superestrutura do sistema capitalista de produção e distribuição de riqueza. Expressa, portanto, a crise do capitalismo. Se antes o capitalismo defendeu o ensino laico, estatal e a expansão da rede escolar para dar instrução as massas (formar mão-de-obra para suas indústrias) por que havia um crescimento das forças produtivas da sociedade, hoje no séc. XXI na fase imperialista de decadência do capitalismo, onde as forças produtivas estão não apenas estagnadas, mas até retrocedendo, onde as nações atrasadas não atravessarão mais uma revolução industrial e o abismo que as separa dos países ricos aumenta, no quadro de falências crescente e desemprego a escola não tem mais sentido para o capitalismo. Assim os governos para a atacá-la com corte de verbas e o mais completo abandono.

Se o capitalismo não garante ingresso de todos ao emprego e a um salário que cubra todas as necessidades da família; e se a cultura administrada para as massas corresponde à exploração do trabalho, não há como desenvolver uma escola de qualidade vinculada à produção social. Aprofunda-se a divisão das classes, com maior acumulação de riqueza e de miséria, amplia-se ainda mais a divisão social do trabalho, agravando a separação entre o conhecimento e a prática, entre uma aristocracia pensante e a grande maioria afastada dos mais elementares níveis de ensino.

É fundamental desenvolver uma visão crítica e independente da orientação burguesa e governamental para a escola. A ilusão que ainda persiste no seio do professorado de que é possível melhorar a escola por meio das "novas pedagogias" e re-

educar os estudantes para a religiosidade e cidadania não fazem senão reforçar a submissão do sistema escolar à classe burguesa em decomposição. É preciso entender as causas e as raízes das contradições que levam a juventude a desprezar o ensino e não ver o conhecimento como necessidade humanizadora e transformadora.

A reivindicação dos explorados de acesso ao ensino gratuito em todos os níveis ganha força se estiver sob a rejeição da escola de classe, mutiladora das faculdades intelectuais da juventude. Sem se admitir que a falência da escola é, em última instância, reflexo da decomposição do capitalismo e que é preciso destruí-lo pela revolução proletária, não se fará outra coisa senão alimentar as ilusões na capacidade da burguesia de reformar seu sistema e sua escola. Essa ilusão é responsável por reproduzir a velha escola de classe e afastar a juventude da luta por uma nova escola, produto de uma nova sociedade sem exploradores e sem explorados.

As reformas educacionais são ditadas pelo imperialismo

O Brasil como país semicolonial não pôde assegurar a universalidade da educação em todos os níveis para a maioria da população. O ensino é seletivo, o conhecimento atinge uma camada muito reduzida e a serviço da reprodução do capital. Os governos de diferentes matizes impuseram medidas educacionais com vistas ora para ampliar um pouco o acesso das massas à educação, ora para amenizar os efeitos de um ensino obscurantista, ora para exigir maior envolvimento da população com a manutenção das escolas, ora concedendo um estudo profissionalizante para servir de mão de obra para a indústria, mas sempre voltadas aos interesses da classe dominante, que utiliza a educação para melhor explorar a força de trabalho e os recursos naturais.

Na década de 90 iniciaram as reformas neoliberais na educação. O governo de FHC passou dois mandatos reformulando o ensino para atender as exigências dos organismos credores estrangeiros, que impõem maior privatização. Foi modificada a legislação por meio de uma outra LDB para facilitar o ensino particular. Criou-se o Fundef para transferir responsabilidade do sustento do ensino fundamental para os municípios. Eliminou conquistas contidas nos Planos de Cargos e Salários dos trabalhadores. Manteve o mais violento arrocho salarial. Incentivou a inserção das fundações nas Universidades públicas como forma de privatizar cursos e pesquisas. Mas tudo isso não alterou os pilares de uma escola de classe. Reforçou a centralização da educação nas mãos da burguesia e de seu Estado. E ajustou-a de acordo com a diretriz geral dos planos neoliberais, conforme orientação do FMI/Banco Mundial.

As conseqüências foram pesadas para a educação pública e gratuita. O desemprego cresceu com a municipalização; as verbas são extremamente reduzidas, o que inviabiliza o sustento das escolas; instituíram contratos de trabalho precarizados; criaram a farsa do voluntarismo; permitiram maior ingerência

das Igrejas nas escolas, ampliando o obscurantismo; facilitaram a proliferação das escolas privadas consideradas filantrópicas; eliminaram cursos e escolas técnicas para cortar gastos; usaram recursos públicos para comprar vagas nas unidades privadas; fecharam escolas, salas de aulas e superlotaram outras e mantiveram todo aparato repressivo do Estado para controlar e avaliar o desempenho das escolas, dos alunos e dos trabalhadores da educação.

A essência da reforma está na desobrigação do Estado para com o sustento do ensino público. A escola continua seletiva e a cada ciclo uma boa parte é deixada para trás. Um exemplo disso é que são matriculados 35 milhões de alunos no ensino fundamental e chegam ao ensino médio 9 milhões. Essas reformas, portanto, nada têm com a melhoria da qualidade e não respondem às reais necessidades dos estudantes. São ajustes para desonerar os orçamentos e permitir que países semicoloniais possam continuar honrando os compromissos do endividamento externo. Não por acaso, nesses dez anos de implantação da reforma exigida pelo Banco Mundial, os problemas só cresceram.

O GOVERNO LULA/PT DÁ SEQÜÊNCIA À REFORMA NEOLIBERAL

O governo PT/Lula dá continuidade à reforma educacional de FHC/Banco Mundial. Manteve toda legislação que regulamenta a reforma exigida pelo Banco Mundial. A municipalização do ensino fundamental continua em curso por meio do Fundef que sequer é reajustado de acordo com a inflação; a Lei de Responsabilidade Fiscal determina o arrocho salarial; as avaliações externas como o Enem permanecem como forma de se livrar da responsabilidade do fracasso escolar; direitos elementares são eliminados dos Planos de Cargos e Salários; penaliza ainda mais, os trabalhadores da educação com o violento desconto da Previdência e as dificuldades para alcançá-la, reafirma a DRU para que o governo possa retirar 20% de recursos aos serviços sociais e mantém os gastos com a educação no baixo patamar determinado por governos anteriores.

A impotência do reformismo de pôr em prática sua bandeira de "escola pública de qualidade social" veio à luz do dia. O programa eleitoral para a educação, que previa elevação gradual dos recursos (falava-se em 7%), fim do analfabetismo, da municipalização predatória e a criação do Fundeb, com recursos necessários para garantir o ensino médio às massas trabalhadoras, não saíram do papel. O Fundeb proposto pelo Ministro Tarso Genro nada mais é, do que a divisão do miserável recurso da educação entre os alunos do ensino fundamental e médio.

No que se refere ao ensino Fundamental e médio, o governo apresentou o documento "Choque de Qualidade na Educação Básica" que prevê: a ampliação do ensino fundamental para nove anos, sem aumentar os recursos; separação do ensino médio com apenas dois anos obrigatórios; revisão do currículo mínimo nacional com vistas a retirar disciplinas; maior controle policial nas escolas; substituição do Fundef pelo Fundeb e avaliação externa para os alunos e professores.

DEFENDER AS TAREFAS DEMOCRÁTICAS DA EDUCAÇÃO, OPONDO-SE ÀS REFORMAS NEOLIBERAIS DOS GOVERNOS

A defesa conseqüente das tarefas democráticas, que pressupõe o livre acesso ao ensino gratuito a todos em todos os níveis e o fim da rede privada, está em oposição radical às medidas de fortalecimento do mercantilismo e às diretrizes dos credores internacionais para o Brasil e, em particular, para a educação. A luta por um único sistema de ensino estatal, com autonomia integral e controlada pelos, trabalhadores e estudantes, o que implica a extinção da rede particular, faz parte do combate mais geral contra as reformas neoliberais. O que quer dizer que a burguesia e seus governos não poderão pôr em prática pelo grau de submissão em que se encontram aos credores internacionais. O PT, ao assumir os acordos e contratos com o imperialismo, tornou-se refém de suas diretrizes e impotente diante das tarefas democráticas.

PLANO DE LUTAS

- Abaixo a reforma educacional de Lula/FMI! Estatização do ensino privado! Por uma escola única pública, gratuita, laica e enraizada na produção social!

- Nada de romper com a CUT e deixar os trabalhadores a mercê da burocracia petista/governista! Expulsar a burocracia dos sindicatos já! Pela Conlutas como fração revolucionária na CUT!

- Todo apóio às ocupações no campo! Fim do latifúndio! Terra aos camponeses pobres! Autodefesa armada no campo!

- Para garantir emprego aos trabalhadores: Redução da jornada de trabalho sem redução de salário por meio da escala móvel de horas de trabalho e salário!

- Rechaçar as reformas neoliberais: Previdência, Sindical e Trabalhista. Que o governo burguês do PT/Lula cumpra suas promessas de campanha: reforma agrária, 10 milhões de empregos e fim da fome;

- Fim do saque imperialista! Pelo não pagamento das dívidas interna e externa! Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores!

- Fora as tropas brasileiras do Haiti! Fim do intervencionismo militar e econômico das potências sobre os países semicoloniais (Iraque, Afeganistão, ameaça de golpe na Venezuela). Defesa da autodeterminação dos povos!

- Reestatização de todas as estatais privatizadas! Pelo controle operário da produção!

- Defesa do método da ação direta para a conquista das reivindicações: greves, ocupações, bloqueios, manifestações de rua etc.

- Sepultar o capitalismo apodrecido com a defesa da revolução proletária (governo Operário-camponês)!

- Contra a farsa das CPI's (disputa das quadrilhas burguesas dentro do estado) Tribunais Populares para julgar e punir os crimes da burguesia (assassinatos de sem-terra etc)

Na Universidade Federal de Rondônia, os alunos do curso de medicina mostram o caminho da luta e dão início a greve através do método de ação direta desde o dia 1º de setembro

Alunos de medicina do 1º, 3º, e 5º períodos estão em greve desde de 1º de setembro, reivindicando melhoria das condições do ensino, buscando dialogar com os coordenadores, que se recusam em sentarem com eles para ouvirem suas reivindicações. Apenas um não se decidiu pela greve – o 1º período. Os alunos da primeira turma têm mostrado as deficiências do curso, que são reveladas na falta de professores, laboratórios, equipamentos hospitalares para as aulas práticas etc. Tudo isso vem se arrastando no decorrer de aproximadamente três anos sem que a coordenação do departamento - professora Ana Lúcia Escobar tome as devidas providências e que, além do mais, trata com descaso os alunos e por vezes os humilha, chamando-os de incompetentes. Seus argumentos têm a intenção de descaracterizar a luta, afirmando tratar-se de “manobras” dos alunos que querem ser transferidos para outras universidades. Os acadêmicos contestam seus argumentos até porque alguns alunos até foram aprovados em outras universidades do país, mas acontece que não dispõem de condições financeiras de se auto sustentarem noutros Estados e aqui contam também com o apoio da família. Quando os alunos radicalizaram, foi aí que o cerco se fechou contra eles e os burocratas da administração do curso se juntaram com o reitor Ene Glória para oprimi-los. Só que os acadêmicos mostraram que estavam organizados expressando sua força e resistiram mostrando o caminho da luta para os demais segmentos da universidade que se encontrava acomodada diante da greve nacional que se delineava em todo país.

Os alunos não só reivindicam infraestrutura para funcionamento do curso, mas querem intervir também na elaboração do projeto político/pedagógico como chamam os burocratas da educação, que, na verdade, para os alunos, significa intervir nas decisões acerca dos conteúdos/disciplinas a serem oferecidas no curso e como organizar seus estágios nos hospitais, pois por tratar-se de um curso novo, a universidade ainda não dispõe de hospital-escola.

Foram os alunos da primeira turma de medicina, hoje no 5º período, que juntamente com o Movimento Consulta Popular e a militância da Corrente Proletária da Educação lotaram o auditório do Laboratório de Análises Clínicas do Município de Porto Velho – LACEM e conseguiram vetar a liberação de uma verba federal que seria facilitada pelo Deputado Valverde/PT para uma Faculdade Particular, a Faculdade São Lucas, uma das empresas educativas do ensino superior que mais cresce em Porto Velho – Estado de Rondônia.

Para defender a greve até a vitória, os alunos inviabilizaram a reunião do Conselho Superior Acadêmico (Consea) e para isso acamparam desde a véspera da reunião do Conselho no dia 10/10 em frente ao prédio da Unir/Centro, onde funciona a Reitoria onde iria acontecer o encontro. A reunião foi transferida para o prédio da Fundação Rio Madeira – Riomar, mas, mesmo assim, os acadêmicos seguiram os passos dos Conselheiros, que se obrigaram a cancelar toda a pauta da burocracia e discutiram só a questão da greve dos alunos do curso de medicina, que estavam ameaçados pelos professores e chefe do Núcleo e Departamento de serem prejudicados. Conquista-

ram, pela força da luta, que o Conselho reconhecesse a greve, sob pressão dos mais dos acadêmicos e seus familiares.

Os técnicos administrativos da Unir seguem o exemplo dos demais servidores das universidades públicas federais e se fortalecem com a greve dos alunos da medicina perfazendo um percentual maior de adesão que dos docentes

Desde o dia 26/09 que os técnicos da Universidade Federal de Rondônia estão em greve com várias reivindicações internas de condições de trabalho e uma das principais como mais recursos, capacitação, paridade nos votos para reitor e etc, e o cumprimento que trata da carreira da categoria, que significa a segunda etapa deste acordo, que ficou firmado na última greve, e o governo não cumpriu. Estão representados com um número de 42 entidades de ensino público superior, cujos técnicos pararam até o momento.

E essa paralisação está cobrando do governo que a segunda etapa seja incluída no orçamento de 2006. Em nível nacional, o movimento atinge, segundo informações do comando nacional de greve dos técnicos, 90% das universidades federais. Já os professores entraram de greve dia 17/10, com reivindicações de perda salarial desde a época de FHC sobre as titulações, contratação de mais professores entre outras, além disso reivindicam também um lineamento de aumento de 18% para todos os professores, fora as gratificações.

Na reivindicação do sindicato nacional, para repor todas essas perdas seria necessário o governo dispor, para o orçamento de 2006, a quantia de 800 milhões. Mas as negociações através de parlamentares estão propondo 300 milhões para serem aprovados no congresso.

O que se vê é um número significativo de professores votarem contra a greve alegando ser final de semestre e com isso o movimento dos professores fica enfraquecido. É tudo o que o governo quer para manter a política de destruição do ensino.

Só na Assembléia do dia 15/10 os Professores da Universidade Federal Rondônia deliberaram pela entrada na greve

Desde o dia 15/08 que as universidades públicas federais começam a deflagrar greve. A primeira a entrar é a Universidade do Acre. Agora são mais de 60% das universidades que já cruzaram os braços para defender o ensino público e gratuito e condições de trabalho. Das 61 instituições federais de ensino superior, 37 já pararam e três – a Universidade Federal de Campina Grande indica sua entrada no dia 31/10; a Escola de Farmácia de Anfemas para o dia 01/11; e a Universidade Federal do Espírito Santo para o dia 08/11; sendo que outras cinco estão com indicativo sem data determinada.

Os docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em assembléia realizada no dia 18/10, passaram por cima dos interesses da direção pelega da entidade e decidiram deflagrar greve, pois a direção da seção sindical dos docentes desta universidade - Aduferpe - não reconhece a decisão da assembléia.

É preciso que compreendamos as razões desta greve. As universidades públicas, que ainda estão de pé, ainda que precariamente, deve-se à resistência dos professores, alunos e funcionários às reformas privatizantes do governo Lula/PT e governos anteriores responsáveis pelo processo acelerado de desmonte do ensino público em obediência aos ditames do FMI/Banco Mundial.

Apesar de toda crise do ensino do fundamental ao superior, em decorrência da decomposição do capitalismo, que cada vez mais distancia a escola da produção social, são as universidades públicas (e não as particulares) que têm se responsabilizado por 90% das pesquisas científicas do país e promovido as mais importantes tecnologias referentes aos novos medicamentos e em setores de tecnologias de ponta. Abrigam também os servidores públicos, que são responsáveis pela defesa, junto a outros segmentos oprimidos, ainda que de forma precária, pela existência ainda do SUS - Sistema Único de Saúde, cuja clientela em sua maioria são atendidos nos Hospitais Universitários - Hus, por demais fragilizados que estejam em virtude do estímulo dos governos capitalistas aos investimentos em planos de saúde e hospitais particulares.

Na pauta de reivindicações apresentada pelo Comando Nacional de Greve (CNG), consta não somente a questão do economicista, mas também dentre outras a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e "de qualidade socialmente referenciada" (termo que o POR rejeita, por expressar disfarçadamente a defesa do capitalismo e do ensino pago), contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES; Realização de Concurso Público para reposição de professores e demais funcionários necessários

UFRN: Manifesto de apoio crítico a chapa 3

POR UMA DIREÇÃO DO DCE QUE ORGANIZE E UNIFIQUE AS LUTAS

As eleições do DCE (Diretório Central dos Estudantes), entidade que representa todos os estudantes da UFRN, ocorre no contexto do governo federal democrático e popular do PT/PL/PCdoB.

O governo liderado pelo PT prometeu 10 milhões de emprego, reforma agrária e acabar com a fome. Em três anos de governo, o que os trabalhadores viram foi a continuidade das reformas neoliberais (previdência, tributária, universitária), retrocesso da produção industrial (que causa desemprego) e manutenção da criminalização das ocupações de terra, assassinatos e prisões de líderes do MST e das 450 mil famílias previstas pelo governo para serem assentadas (número muito baixo) apenas 160 mil foram realizadas em três anos de governo. O governo do PT é um governo de continuidade da política burguesa para os trabalhadores.

Neste contexto, uma direção do DCE capaz de organizar e unificar as lutas estudantis na UFRN para se contrapor à política de privatização e sucateamento da universidade pública pelo governo federal do PT seria muito importante.

Para realizar esse papel, a direção do DCE não pode ser governista. A direção atual do DCE (UJS, juventude de política do PCdoB) desenvolve uma política de apoio e sustentação do governo federal. Portanto, cúmplice das políticas neoliberais da reforma universitária desse governo. A UJS apóia o governo, defende suas propostas e por isso não tem independência sufi-

para compor o quadro das universidades; reajuste de 18% como parte da reposição salarial; incorporação da GED e da GEAD (gratificações) com seus valores mais altos e da GAE com paridade e isonomia; retomada dos anuênios; implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado; abertura imediata de discussão em torno da carreira única para docentes das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES/SN.

A Corrente Proletária da Educação defende:

Atendimento imediato às reivindicações dos alunos professores e funcionários das universidades públicas federais; a unidade da luta de todos os explorados como uma importante condição para a consolidação de todas as conquistas vitais para a existência humana; fim dos vestibulares e escola única, laica e gratuita para todos e em todos os níveis vinculada à produção social; emprego para toda juventude e pais e mães de famílias; investir o volume de recurso que compra vagas em escolas particulares (Prouni) nas universidades públicas atendendo as vagas que são indicadas para as escolas particulares; não a regulamentação das fundações (empresas) no interior das universidades públicas; nenhum apoio ao governo Lula/Cassol e demais governos capitalistas algozes dos trabalhadores e fomentadores de desemprego e arrocho salarial; todo apoio a luta dos camponeses e demais explorados; defesa do governo operário-camponês (ditadura do proletariado), construindo o socialismo através da revolução proletária.

ciente para lutar contra elas. Somente uma chapa desvinculada dos partidos políticos que apóiam o governo pode avaliar criticamente, com independência, as suas propostas.

Mas não basta apenas ser de oposição. A direção do DCE precisa de uma chapa com programa revolucionário, ou seja, de transformação social, de luta pela destruição do capitalismo e defesa do socialismo. Uma chapa de programa revolucionário caracterizaria por definir o governo Lula como burguês, defender um ensino vinculado à produção social (união da teoria com a prática), aliança operário-estudantil (unidade dos trabalhadores), uma universidade de Poder Estudantil (autonomia universitária, auto-gestão com maioria estudantil), financiamento total da universidade pelo Estado, assistência estudantil (moradia, alimentação, transporte e material didático), fim do vestibular (acesso a todos), a ação direta como método de conquista de nossas reivindicações, etc. Devido à ausência de inserção do partido revolucionário nos estudantes da UFRN, não existe esta chapa.

Entretanto, diante da necessidade de retomar a entidade para a luta estudantil, a *Corrente Proletária Universitária/POR* chama o voto crítico na Chapa 3. Crítico porque não concorda com sua intenção de dividir os estudantes com sua proposta de Conlute contra a UNE e por causa de suas propostas limitadas. Mas chama o voto para manter a unidade da Conlute como um órgão que unifica as correntes políticas, partidos, sindicatos e lutadores combativos opositores ao governo burguês neoliberal do PT e PCdoB. Manter a unidade, vote chapa 3, "DCE é pra lutar".

Balço das eleições para o Cefisma (CA de Física-USP)

Nos últimos dias 08 e 09 de novembro ocorreram as eleições para a diretoria do Cefisma. Duas chapas concorreram: *Vox e Geraldinos e o Bumbo*. A chapa *Vox* (122 votos) era formada por alguns membros da atual gestão, frequentadores do espaço do CA e outros. A chapa *Geraldinos e o Bumbo* (196 votos) se formou a partir da atuação conjunta de estudantes mais combativos durante os últimos movimentos na Física: greve de 2004, protestos contra a redução da Congregação e, principalmente, greve de 2005, e foi impulsionada pela Corrente Proletária.

A vitória de uma chapa ligada à mobilização estudantil rompe a tradição mais imediata do Cefisma (a de que "os estudantes da Física não se mobilizam") e recupera uma tradição mais antiga, anterior à década de 1990, quando a Física era um dos pólos de mobilização estudantil na USP.

A chapa se construiu sobre a base de reuniões abertas, convocadas publicamente e sobre a base de pontos programáticos. Realizou muitas reuniões para discutir e aprovar um programa, que expressa a elaboração coletiva desses estudantes que têm atuado coletivamente. Prova disso foi a atuação da chapa nos debates realizados, quando houve um revezamento entre os membros na mesa debatedora e ainda assim as respostas sobre as questões apresentadas pela chapa adversária e pelo público eram respondidas com muita clareza e de acordo com o programa divulgado.

A vitória de uma chapa identificada com os piquetes da greve e defensora de um programa de luta mostra que se processa um avanço no movimento dos estudantes na Física.

Agora, com a posse no CA, aumentarão as pressões sobre a nova direção. Cabe a ela avançar na elaboração coletiva de um plano de trabalho que tenha como centro a atuação revolucionária no movimento estudantil, a resposta aos problemas que o curso apresenta (que vão desde a política de reprovação e a falta de professores até grandes questões nacionais, como o direito à fabricação de armas nucleares, o fim da submissão da pesquisa do país ao imperialismo etc.). A realização de campanhas ao redor de problemas colocados, aproximação de mais estudantes interessados em atuar, a defesa prática concreta do programa ajudarão a combater as pressões do aparelho, da vida acadêmica, familiares e sociais, que correm no sentido do corporativismo e individualismo.

Principalmente, é preciso a organização dos estudantes mais avançados ao redor do programa da revolução proletária e do partido. A construção de uma fração revolucionária no movimento estudantil, organizada ao redor do programa, é a garantia da luta sistemática e coletiva.

Reproduzimos abaixo o boletim de convocação das reuniões de formação da chapa:

O veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) ao aumento de verbas para educação aprovado na LDO 2006 significou um violento ataque. Os estudantes, funcionários e professores responderam com mobilização. Mesmo assim o veto foi mantido pelos deputados da ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) o que, na prática, para as universidades estaduais paulistas (USP, UNESP, Unicamp), coloca uma indefinição sobre sua manutenção financeira para 2006.

Particularmente aqui no IFUSP, ocorreu uma mobilização forte e importante dos estudantes de combate a este violento ataque de Alckmin, e esta mobilização ocorreu pois os estudantes utilizavam a discussão e deliberação coletivas nas assembleias como meio.

No início do movimento, a deliberação de piquete sonoro foi muito importante, tanto para combater os professores fura-greves quanto para aumentar a mobilização dos estudantes, já que, ha-

vendo continuidade das aulas, se impediria na prática a mobilização dos estudantes, devido à pressão para a entrega de trabalhos, realização de seminários e provas.

Esta experiência de luta mostrou mais uma vez a importância da organização dos estudantes e de seu instrumento de luta, o CEFISMA.

O processo eleitoral para a escolha de uma nova direção do CEFISMA está aberto. É importante uma discussão pública através de encontros para debatermos os pontos que nortearão a formação de uma chapa para concorrer às eleições.

Destacamos alguns pontos:

1) A defesa da universidade pública e gratuita para todos, autônoma em relação aos governos e capitalistas, e dirigida pelos que nela estudam e trabalham.

A universidade pública tem de definir quais são os recursos necessários para seu funcionamento de forma democrática. Ao Estado cabe apenas financiar, sem qualquer ingerência em seu funcionamento. Essa autonomia da universidade só pode se fundamentar na assembleia geral universitária (estudantes, professores e funcionários), que é a forma pela qual os três setores que a compõem decidam democraticamente os rumos da universidade. E na eleição direta de todos os cargos, com mandato revogável e subordinada à assembleia dos três setores.

Ensino para todos só é possível se for público e gratuito. Enquanto existir ensino pago, haverá os que podem e os que não podem estudar. Para acabar com os vestibulares e garantir vagas para todos, o movimento estudantil deve lutar para que toda a rede particular de ensino seja estatizada e colocada sob a direção dos que nela trabalham e estudam.

2) Um CA democrático, independente e de luta. Que aplique a democracia estudantil, fundamentada nas decisões das assembleias, em que as diversas opiniões tenham todo direito de se expressar e defender, para que a decisão seja tomada pela maioria. Independente não quer dizer neutro. Quer dizer que não se submete à ingerência das administrações, expressa na sua prática a defesa das necessidades dos estudantes. De luta porque se fundamenta no método da mobilização para alcançar as reivindicações.

3) Um movimento estudantil independente dos governos e das administrações. Temos visto que a UNE se burocratizou e passou a ser um braço do governo no interior do movimento estudantil. Sua influência na maioria dos estudantes (que estuda nas faculdades privadas) é um obstáculo para a unidade e a luta em defesa das reivindicações. Essas direções burocráticas têm de ser varridas das organizações estudantis, para colocá-las de volta às mãos dos estudantes. O combate a essas direções tem de ser feito no dia-a-dia. A Conlute se formou para esse fim, mas tem sido usada como instrumento de ruptura com a UNE, o que leva ao fortalecimento da atual direção burocrática e abandona a maioria dos estudantes à sua influência negativa.

4) Realização de um Congresso de estudantes de Física. Um congresso para discutir aprofundadamente os problemas que temos no curso, fazer uma reforma nos estatutos do Cefisma e fortalecer nossa organização e luta.

5) Um CA que responda desde as questões mais imediatas até as questões mais gerais, fazendo a ligação entre elas. É respondendo às questões mais imediatas que o CA se liga aos estudantes. Mas essas questões imediatas têm ligação com as questões mais gerais, políticas, e o CA tem de atuar para que os estudantes possam se manifestar e agir em relação a todas elas.

TST quer jogar em nossas costas o prejuízo da greve

Companheiros, como sabemos a nossa greve foi justa e necessária. Por várias razões entramos em greve. É só lembrar da revolta que se criou na fábrica com a intransigência da empresa nas negociações e no final com a proposta de PLR que a empresa apresentou que era menor que a do ano passado. Tornando a greve inevitável.

Depois de passarmos 17 dias parados, no dia 24 de outubro foi aprovado em assembléia que deveríamos aguardar o julgamento da greve trabalhando. A partir daí o que vimos foi que a Volks atropelou todas as decisões do TRT, TST, Ministério Público e não sofreu nenhuma consequência. Será que se tivéssemos continuado a greve a Volks estaria tão tranqüila recorrendo a todas as instâncias? Lógico que não. Enquanto a produção estava parada a situação estava em nossas mãos e certamente a Volks não agüentaria muito tempo. Tanto é verdade que logo que retornamos ao trabalho ela foi procurar a coordenação para tentar negociar os dias parados.

Como retornamos ao trabalho e a produção começou a sair normalmente, a empresa sem pressa passou a usar todas as brechas que a lei burguesa permite, para dar uma canseira em todos os trabalhadores. E se fosse nós trabalhadores que não cumpríssemos a decisão da Justiça, o que aconteceria? Certamente já teríamos sido presos. A Justiça mostrou-se totalmente impotente diante do poder da multinacional. A "Justiça do trabalho" na verdade é um instrumento que a burguesia (patrões), utilizam para não permitir que os explorados vá até as últimas consequências em defesa de suas reivindicações como, emprego, salário, terra etc... Vocês já perceberam que sempre que fazemos uma



greve em defesa de alguma reivindicação o Ministério Público entra e pede o julgamento da greve. Tudo conversa fiada, o julgamento é só para proteger os patrões e acabar com a luta entre explorados e exploradores.

Nessa greve mais uma vez a Justiça burguesa percebendo que os trabalhadores estavam dispostos a ir até o final na luta por suas reivindicações, interviu e pediu o julgamento da greve para ajudar a empresa. Na reunião de conciliação que aconteceu no dia 02 de novembro, o TST fez a seguinte proposta para a Volks e sindicato:

A Volks descontaria 6 dias dos salários. Os trabalhadores compensariam 6 dias e a Volks pagaria 5 dias. Dizemos que o TST quer que nós paguemos quase todo o prejuízo porque se for aceito o acordo, estaremos pagando para a empresa 15 dos 17 dias de greve. Isso porque os 6 sábados de compensação pelo acordo são secos. E como sabemos, trabalho aos sábados tem adicional de 50%. Se tivessem o adicional correspondente aos sábados, daria na verdade 9 dias. Portanto consideramos uma péssima proposta. A Volks é que deve arcar com todo o prejuízo, por ser sua a culpa da greve e não nossa.

Está aí porque somos contra a intervenção da Justiça na luta entre capital e trabalho. Os trabalhadores através das assembléias é que devem debater e votar se decretam a greve e também sua continuidade ou não. Não podemos ter nenhuma ilusão na Justiça burguesa.

A greve é o único método de defendermos as nossas reivindicações, os nossos direitos e combater a exploração capitalista.

Chile:

O sanguinário Pinochet

O golpe militar contra o governo de Allende resultou numa matança inesquecível. Por detrás, estiveram os Estados Unidos. Esgotou-se a ditadura militar, vieram as eleições e o todo poderoso Augusto Pinochet continuou a mandar no país, com o covarde consentimento dos "democratas", "cristãos" etc.

Os brutais crimes do general, de sua camarilha governamental e do exército permaneceram íntegros. Na Inglaterra, montaram uma farsa de pretensão julgamento. A Espanha levantou o tom contra os assassinatos de espanhóis. O governo "socialista" do Chile exigiu que Pinochet fosse julgado em seu país. Montou-se uma segunda farsa. O carrasco não teve nenhuma dificuldade para alegar velhice e doença. Recentemente, começaram a aparecer outros crimes, de ordem financeira. Pinochet roubou o quanto pôde. Enriqueceu sua família.

No recanto tranqüilo do lar, seus negócios prosperaram sob a administração da mulher e do filho. A última notícia do jornal La Tercera foi a de que Pinochet recebeu bilionárias comissões em troca de compra e venda de armas.

O Conselho de Defesa do Estado do Chile descobriu que o ditador abriu uma empresa para as fábricas de armamentos depositarem os "presentes". A holandesa RDM Holdings encheu

a conta de Pinochet com 849 mil dólares e a Fábrica Maestranza, do Exército, 188 mil dólares.

Os militares golpistas, ditadores e algozes do povo não fazem o trabalho de graça. Protegem a burguesia contra o movimento revolucionário do proletariado e das massas. Usam as armas e o regime militar para garantir a ditadura de classe dos capitalistas. Mas aproveitam as vantagens do poder, como fazem também os governos eleitos e ditos democráticos.

Para os trabalhadores, é o sangue dos lutadores que conta, em primeiro lugar. A dinheirama colhida por Pinochet e seus acólitos é mais do que uma recompensa de negócios, é um pagamento pela barbárie praticada.

As contradições no aparato do Estado levam às denúncias de corrupção. Mas que não passarão de mero jogo momentâneo. O importante para a burguesia é que Pinochet lhe fez o serviço histórico. Esteve a seu mando. Os partidos que hoje comandam o Estado são filhos dessa mesma burguesia chilena.

Para se ir ao fundo dos crimes da ditadura sanguinária pinochetista, é necessário pôr em pé um Tribunal Popular. Se os trabalhadores chilenos não tomam em suas mãos essa tarefa é porque não têm o partido revolucionário e estão na dependência dos tais democratas burgueses.

Nesta edição:

- Bolívia: Forjar uma nova sociedade boliviana ou manter a podridão capitalista
- Argentina: As recentes eleições legislativas e seu balanço mais geral

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Bolívia

Forjar uma nova sociedade boliviana ou manter a podridão capitalista

A Bolívia está se desmoronando pedaço por pedaço no marco do total esgotamento da classe dominante, expressando a definitiva incapacidade da burguesia em resolver os problemas estruturais do país: o desmoronamento catastrófico do estado burguês, as pestilentas manifestações da corrupção política etc. A burguesia se sacode moribunda em meio às tendências centrífugas (autonomistas, federalistas, anticentralistas etc.) que podem acabar por atomizá-la. A incapaz classe dominante nos tem levado a essa calamidade, através da venda às multinacionais imperialistas de nossas riquezas, de nossas vidas, a um preço vil.

Para ocultar essa dramática realidade, hoje nos oferecem o circo eleitoral e amanhã o circo da constituinte, cujo objetivo será salvar o sistema social em quebra. Oferecem-nos as estúpidas disputas por cargos legislativos, como se, com isso, pudés-

semos mudar nossa sorte escolhendo um ou outro candidato.

Já é tempo de acabar com essa farsa. Chegou a hora de compreender que as eleições levarão ao governo mais um agente do imperialismo para continuar com seu sujo trabalho de destruir o país. É hora de compreender que a Constituinte, ao não afetar em nada a grande propriedade privada dos meios de produção, hoje nas mãos das multinacionais, só servirá para maquiagem desse sistema social moribundo.

Está na hora de acabar com toda essa farsa distracionista e nos encaminhar para construir uma nova Bolívia assentada na propriedade social dos meios de produção. Essa gigantesca tarefa só poderá ser realizada pelo proletariado revolucionário na direção de toda a nação oprimida pelo imperialismo

(Extraído do Jornal Massas Boliviano nº 1964, de 25/11/2005)

Argentina:

As recentes eleições legislativas e seu balanço mais geral

As eleições são uma instituição do regime político dos capitalistas. Sua realização periódica é importante para fazer crer que existe democracia, para fazer com que o povo acredite que participa e toma decisões soberanamente, para fazer crer que o verdadeiro poder se dirige nas urnas. É o melhor mecanismo de dominação política de que dispõem os capitalistas, esconder detrás de métodos que parecem democráticos a essência de seu regime: a ditadura dos capitalistas, isso é a opressão que exerce uma ultraminoria da sociedade sobre a imensa maioria empobrecida. Seu poder não se resolve em eleições nem no Congresso.

O que se resolve então nas eleições gerais? A quota de poder que tem cada partido, ou cada fração ou setor da classe capitalista para administrar o Estado, para gerenciá-lo a serviço das multinacionais, para ser quem negocia em nome do Estado Nacional com o imperialismo.

Mas antes que se “decida” com o voto popular qual fração tem mais peso, muito antes, são os grandes capitalistas os que decidem quem são os candidatos e entre quem se deve dirimir a eleição.

São os capitalistas os que aportam os milhões de dólares para a campanha electoral, são as máfias enraizadas no Estado as que querem tomá-lo de assalto, as que investem suculentas somas de dinheiro para mostrar durante meses quem são seus candidatos.

Que aconteceria se não houvesse publicidade de candidatos na televisão, rádio, jornais? Possivelmente a grande maioria dos cidadãos desconheceria os candidatos e os partidos.

Para vender seu “produto”, aparecem estratégias publicitárias que aconselham que fotos tirar, com quem, de que falar. Estratégias de marketing como se os candidatos fossem produtos comerciais. E gastam milhões em assessores trazidos dos EUA, do Equador, do Brasil, para que orientem as campanhas. Idéias? Nenhuma.

Os grandes meios de comunicação são conglomerados que agrupam jornais de grande circulação, canais de televisão que se metem em todas as casas e grande quantidade de rádios. Esses meios que se dizem independentes estão nas mãos de grandes capitalistas, em alguns casos estrangeiros. Eles inclinam a balança sem nenhuma inocência por seus preferidos, por seus homens. Negociam o apoio a partir de seus meios em troca de favores políticos e negócios de todo tipo. Existe um entrelaçamento muito profundo entre os grandes grupos capitalistas e os donos dos meios de comunicação.

A partir desses meios de comunicação se lançam operativos para orientar a “opinião pública” para instalar determinadas idéias ou preconceitos, para ocultar determinados fenômenos

ou para potenciar outros. É uma maquinaria ideológica tremenda que se mete todo o tempo, a toda hora, por todo lugar. Eles decidem apresentar à população que as eleições se dirimem entre tais e quais candidatos e descartam todos os outros.

Os candidatos, antes de se submeterem às urnas, passeiam pelos principais centros de poder, do poder real. Passeiam pelos países imperialistas, se reúnem com as câmaras empresariais, com os meios de comunicação, para mostrar suas verdadeiras intenções e pedir que os apoiem.

Nas eleições nada se decide quanto às reivindicações populares, nem as mais urgentes, nem as menores.

Nas eleições não está questionado o ordenamento da sociedade, seus pilares básicos, que garantem a propriedade monopolista privada dos grandes meios de produção, a maioria nas mãos de multinacionais. As eleições em si mesmas não poderi-

Fracasso eleitoral da esquerda

A esquerda não esteve à altura das lutas e do espaço ocupado na luta de classes nos últimos anos.

Somente as forças de esquerda têm capacidade de mobilização e ocupam a Plaza de Mayo cada vez que se o propõem e bloqueiam as pontes, as estradas e as ruas uma infinidade de vezes.

A esquerda foi protagonista na ocupação de numerosos locais de trabalho e teve participação nas assembléias populares e nas recentes lutas salariais.

No entanto não expressa profundamente, no terreno das idéias, o que significam esses fatos. Em certa medida, foram ganhas também pela democracia.

Os resultados em geral são marginais a pesar de se apresentarem em todas as eleições dos últimos 22 anos. Retrocederam em quantidade de votos e perderam as bancadas que tinham.

A tática de colocar candidatos conhecidos, de origem nacionalista, não lhes serviu para atrair votos, tampouco colocar valiosos trabalhadores à cabeça das listas.

A formulação abertamente frentepopulista do PC também fracassou, colocando-se por trás de todas as demais agrupações.

É lamentável o discurso democratizante de organizações que se reclamam até trotskistas, especulando com a quantidade de votos que obteriam e quantos legisladores poderiam conquistar e especular com a potencialidade de uma frente que os unisse para obter mais votos.

Recordemos por um momento aquela carta aberta do PO à

Ausência de estratégia operária

Destacamos praticamente a ausência da estratégia da classe operária na campanha eleitoral, que ficou limitada à propaganda de um punhado de organizações revolucionárias.

Todas as colocações amplamente difundidas estiveram perfiladas para pleitear no máximo algumas reformas no regime, algumas reivindicações mais ou menos corretas, mas isoladas de toda colocação revolucionária, de classe.

A esquerda, com seu discurso reformista eleitoreiro, perdeu votos e bancadas. Esse discurso não atraiu quase ninguém. Ainda que continuem convencidos de que é preciso rebaixar ainda mais o discurso para atrair mais votantes. Confessando que sua única ambição são os votos e as bancadas que vêm com eles.

Nenhuma organização colocou no centro de sua campanha o questionamento da propriedade privada dos grandes meios

de produção nas mãos das multinacionais.

Somente os revolucionários intervêm nelas desnudando o papel das eleições, mostrando uma estratégia distinta, contraposta à dos capitalistas, irreconciliável definitivamente. Somente os revolucionários lutam para tornar consciente este processo, combatendo toda ilusão.

É importante discutir os aspectos mais gerais do caráter das eleições para poder explicá-las, fazer um balanço e entender que mensagem nos querem pôr na cabeça.

É a partir desta perspectiva que queremos analisar quem são os vencedores e para que usaran esse capital político, ou porquê do desastre eleitoral da esquerda, a tendência à desaparecimento dos partidos burgueses tradicionais, se é certo que se aprofunda a democracia etc. Isso nos ajudará a caracterizar melhor a situação política e suas perspectivas.

esquerda na Capital, há poucos meses, dizendo que se poderia ganhar as eleições se se formasse uma frente de toda a esquerda. Na capital ganhou Macri e a esquerda de conjunto alcançou 12% dos votantes - Altamira apenas arranhou 0,8% dos votos.

La esquerda obtuvo poco más de 904.000 votantes a nivel nacional, 5,3% dos votos emitidos.

Longe de uma autocrítica, estão dispostos a aprofundar sua política democratista. Quase todas as variantes coincidem em "travar a luta política" no Congresso, os resultados não lhes permitem mostrar em que consiste essa luta política.

Ali onde obtiveram resultados eleitorais importantes, como em Santa Cruz e Salta, isso se deve ao papel na luta de classes de alguns de seus candidatos e não à política democratizante geral do PO. Onde mais pesam os "aparatos" dos partidos é onde mais pobres foram os resultados. Os milhares de quilômetros que os separaram de Buenos Aires provavelmente lhes foi como uma bênção.

Alertamos sobre o balanço da esquerda que trata de explicar sua derrota pela sua desunião e fazer as contas de quantas bancadas se conquistariam se se construísse uma frente.

A conclusão será apurar essa frente ou um partido de trabalhadores que agrupe todos e possa juntar tantos votos que lhes permita recuperar algumas bancadas.

Não haverá nenhum balanço da ausência de estratégia, da ausência de programa, questões que evidentemente lhes são estranhas.

de produção nas mãos das multinacionais.

Nenhuma organização sequer colocou como eixo a luta anti-imperialista e o desconhecimento da dívida externa (e interna). Tampouco deram explicações de porque retiraram a bandeira de "Assembléia Constituinte" que consideravam (erroneamente) uma reivindicação democrática de primeira ordem.

Nenhuma organização disse com todas as letras que o Congresso e as eleições não são o terreno onde se podem resolver nossas reivindicações. Que é um terreno dos capitalistas.

Este grave problema para a vanguarda não aparece assinalado pelas correntes democratizantes, que buscam desculpas para justificar sua pobre performance eleitoral, medida somente em quantidade de votos e bancadas perdidas.

(Extraído do jornal Masas argentino nº 191, Novembro/05)